

**Des-envolvimento estatal e populações tradicionais do Rio São Francisco no Norte de Minas: “O rio faz e desfaz e a gente acompanha na pesca e na vazante”**

**State de-involvement and traditional populations of the São Francisco River in the North of Minas Gerais: "The river makes and undoes and we accompany in the fishing and the vazante"**

Recebimento dos originais: 06/12/2018

Aceitação para publicação: 09/01/2019

**Rafael Pereira Santos**

Possui mestrado em Estudos Rurais pela (UFVJM) Instituição: PPGER/UFVJM - Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri - MG Endereço: Rod. MGT 367, 5000 - Alto da Jacuba, Diamantina – MG  
E-mail: pereirasantosr@yahoo.com.br

**Roberta Alves da Silva**

Mestranda em Estudos Rurais. Graduada em Ciências da Natureza (Educação do Campo) pela (UFVJM) Instituição: Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri – MG Endereço: Rod. MGT 367, 5000 - Alto da Jacuba, Diamantina - MG  
E-mail: alvesroberta81@gmail.com

**RESUMO**

Investigar os processos sociais de expropriação instituída pelo desenvolvimentismo na década de 1970 no Norte de Minas é o objetivo deste artigo. A expropriação materializou-se na restrição da terra, da água e na violência contra diversas populações tradicionais sanfranciscanas. Frente a esta experiência expropriatória e outras ameaças existentes, os diversos povos e comunidades tradicionais têm emergido aglutinados reconfigurando processos de intensas resistências, demonstrando o seu projeto instituinte ao defender e garantir à apropriação física, simbólica e a reprodução da vida em sua organização étnica quilombola associada a uma política de identidade por eles anunciada, enquanto sujeitos expropriáveis. A partir dos métodos da abordagem etnográfica e das técnicas de pesquisa da Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) esta pesquisa desenvolve uma interpretação densa e compartilhada viabilizada pelas incursões de campo na comunidade e em outros ambientes de articulação política compreendidos como espaços de exercício de sua territorialidade. Os resultados das análises apontam para um processo de reprodução social territorializante étnica imersa em movimento social pesqueiro na interface da expropriação pela formação de fazendas no período desenvolvimentista sobre as terras tradicionalmente ocupadas de uma comunidade tradicional quilombola e pesqueira imersa na sociodinâmica ambiental junto a este rio que sustenta sigmaticamente e materialmente a existência deste povo.

**Palavras chave:** Desenvolvimento; Pesca artesanal, Movimento territoriais na pesca; Conflitos territoriais

**ABSTRACT**

Investigating the social processes of expropriation instituted by developmentalism in the 1970s in the North of Minas Gerais is the objective of this article. The expropriation materialized in the restriction of land, water and violence against several traditional Sanfranciscan populations. In the face of this expropriatory experience and other existing threats, the various peoples and traditional communities have emerged together reconfiguring processes of intense resistance, demonstrating their institutional project by defending and securing the physical, symbolic and reproduction of life in their associated quilombola ethnic organization to an announced politics of identity, as exportable subjects. From the methods of the ethnographic approach and the research techniques of the New Social Cartography of Amazonia (PNCSA) this research develops a dense and shared interpretation made feasible by the field incursions in the community and in other environments of political articulation understood as spaces of exercise of its territoriality. The results of the analysis point to a process of ethnic territorial reproduction immersed in the social movement of fishing in the interface of the expropriation by the formation of farms in the developmental period on the traditionally occupied lands of a traditional quilombola and fishing community immersed in the environmental sociodynamics next to this river that supports stigmatically and materially the existence of this people.

**Keywords:** Development; Artisanal fisheries, Territorial movements in fisheries; Territorial Conflicts

## 1 INTRODUÇÃO

A sócio dinâmica resultante da relação entre rio-população sanfranciscana e o capital no Norte de Minas tem como resultante a dinâmica expropriatória/reapropriatória dos quilombolas-pescadores (as) e esta temática é analisada neste artigo. Esta abordagem analisa o processo da sobreposição desenvolvimentista correlacionando-o às transformações no modo de vida da comunidade, especificamente, sobre a dinâmica da água e a posse tradicional do território, notadamente, as mudanças e permanências nas práticas de sociabilidades destes sujeitos quilombolas e pescadores. As técnicas da cartografia social de Almeida (20xx) possibilitaram compreender a construção do mapa da ocupação antiga e atual seguido dos registros etnográficos destas experiências, isto é, as dinâmicas do esbulho e reapropriação do território tradicional. Para tanto, esta pesquisa se apoiou na ideia do mapa enquanto descobridor de caminhos de Ingold (2005). Para este, o ambiente como um todo não se abarca na passagem míope do local para um perspectivismo em que o global abarca o todo, mas na passagem de um caminho para outro em um contínuo de variáveis. E, nos caminhos, entre estas variáveis, nos fluxos gerou-se o lócus de construção do conhecimento do pesquisador. A territorialidade dos comunitários foram os elementos analisados, posto que ela evidencia a organicidade e a sua experiência com o desenvolvimentismo expropriador materializado no agronegócio. As pautas destes sujeitos coletivos de direitos, quilombolas-pescadores, em defesa de seu território em estado de conflito em múltiplos espaços de decisão nos fluxos dentro e fora da comunidade são também exercícios da territorialidade. Buscou-se descrever densamente as formas de apropriação da natureza e as sociodinâmicas nas vazantes, lagoas, ilhas, baixões, rio, quintais, morro e matas. Estas observações

evidenciam que as práticas de sociabilidade construídas nestes lugares são expressões da cosmografia do modo de vida pesqueiro e vazanteiro são mediados pela vazão ecológica do rio, onde constroem sua identidade tradicional.

Populações tradicionais são as comunidades caiçaras, os sitiantes e roceiros tradicionais, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas e indígenas. Exemplos empíricos de populações não-tradicionais são os fazendeiros, veranistas, comerciantes, servidores públicos (DIEGUES, 1999, p. 22).

Brandão (2012, 2015) possibilita reforçar e alargar o horizonte de entendimento sobre os elementos diacríticos que dizem respeito à comunidade tradicional a partir de “novos qualificadores” levando em consideração suas abordagens e pesquisas que tematizam o Sertão<sup>1</sup> Norte mineiro. A partir de Brandão (2012) observa-se que um dos diacríticos nas comunidades tradicionais do rio São Francisco é a dimensão do conflito como algo inerente as vivências das diversas populações nomeadas pluralmente como cultura sertaneja, cultura pesqueira, cultura norte mineira e ou cultura quilombola com seus saberes próprios e apropriados. Tais comunidades, segundo Brandão (2012), possuem uma vinculação territorial, saberes e inovações circulantes numa lógica da moralidade comunitária dialogável com a sociedade envolvente e socializada em sua autonomia relativa. Com o des-envolvimentismo segue-se a expropriação e violência em um território doravante ameaçado ou cercado em continuada organização de defesa deste patrimônio físico e simbólico.

A comunidade tradicional, nos termos em que buscamos aqui compreendê-la, e que a partir de um momento dado como um “acontecer presente” imposto torna-se o lugar dos pobres, dos expropriáveis, dos resistentes, em uma situação de fronteira (BRANDÃO; BORGES, 2014, p. 3).

Em síntese, as comunidades tradicionais do rio São Francisco, caracteriza-se por ser um seleiro de identidades perpassadas pela baixa acumulação de capital, relativa autonomia, autoctonia, cuja memória do passado está transpassada pela resistência frente à vivência de conflitos em seus territórios, onde os mesmos partilham suas vidas (buscam dar sentidos aos às suas vidas em seus códigos e práticas) nos tempos hodiernos, se encontrando, boa parte das comunidades ameaçadas pelos modos de uso e ocupação imposto ou sugestionado pelas sociedades que estão a serviço do capital. Ainda assim, é preciso deixar eles se enunciarem:

Porque não deixarmos também a eles o trabalho de traduzirem para eles e para nós aquilo que acreditam ser o lugar onde vivem, o território que habitam, o modo de vida

---

<sup>1</sup> Essa noção será desenvolvida mais adiantes no segundo tópico

que constituem, a experiência de cultura que criam e em que se enredam, com variados graus de autônoma. (BRANDÃO, 2017, p. 351-352).

Brandão critica as categorizações construídas sem que antes seja dado o direito de voz para os sujeitos que ali estão de se autoatribuem a sua identidade. Em síntese, não existe identidade imposta. Na percepção de Almeida (2017) os tradicionais estão se “reelaborando, sendo que esta categoria é ocupada por sujeitos políticos que estão dispostos a lhe conferir substancia” (ALMEIDA, 2017, 291-292), especialmente em sua pauta territorial em vista da autonomia. O sertão Norte Mineiro, indubitavelmente, em suas terras e águas crescentes forja o modo de vida do povo sanfranciscano.

No início do século XIX, Saint Hilaire (1975) ao descrever a vida e o lugar do povo de Porto do Salgado, atual Januária-MG às margens do Velho Chico, afirma que tal situação de “abandono e rusticidade” se explica pela distância desta dos portos de Paraty e Salvador, ambas no litoral, entretanto, o mais relevante é sua observação sobre a etnicidade deste povo.

A população atual do Sertão é quase toda ela composta de homens de cor. Não havia, por ocasião de minha viagem, senão dois homens brancos na povoação de contendas (Brasília de Minas) e não vi mais que um único durante os quatro dias que passei na Coração de Jesus (SAINT-HILAIRE 1975 p. 308).

A mão de obra escrava do sertão de Minas Gerais, com exceção de Januária-MG, conforme salienta Mata-Machado (1991) era insignificante<sup>2</sup> em relação a Minas como um todo, e, neste local fora observado construção de práticas de sociabilidade entre agrupamentos indígenas e negros escravizados fugitivos do recôncavo baiano. A busca desse povo a este lugar, se devia às condições climáticas e a existência de demasiadas lagoas, contexto natural propicia uma proteção natural aos escravizados fugidos, posto que, a região até meados da década de 1950 era área endêmica da malária e espaço de resistência negra.

O Norte de Minas vai se configurando numa oposição ao lugar das Minas, configurando-se nos Gerais, isto é, o Sertão Gerais construído sob as terras cativas de dois grandes latifúndios. Os campos Gerais onde se compreende também o Sertão Norte Mineiro não possui uma especificidade ecológica, mas “referem-se a um modo de apropriação comum geral das terras em oposição à apropriação privada e de particulares, portanto, estas terras comunais incidem sobre aquilo que se entende por terras públicas” (PORTO-GONÇALVES, 2000, p. 8). A apropriação comum dos Sertões Gerais possibilitou aos “indígenas, quilombolas, pescadores e vazanteiros: novas formas de

---

<sup>2</sup> A mão de obra negra foi pouco utilizada no Sertão. Sendo uma região periférica e de poucos recursos, só utilizou escravos africanos e de poucos recursos. Só utilizou escravizados africanos no período da exploração aurífera em Paracatu. (Mata-Machado, 1991, p. 32).

se apropriar dos espaços, e em consequência novas grafias, novas geo-grafias, enfim, novos territórios” (PORTO-GONÇALVES, 2000 p. 29).

O vale do São Francisco foi palco dos maiores latifúndios da história, como os da família D'Ávila. No entanto, se houve uma apropriação desigual que se legitimou juridicamente. Houve, também, enormes extensões de terras que não foram apropriadas privadamente e que ensejaram a possibilidade de um sistema de uso da terra que está subjacente à diversidade cultural da região, inclusive, ao seu regime alimentar. E mais: contribuiu de tal forma para plasmar a identidade política e cultural de Minas que lhe emprestou seu caráter de Gerais (PORTO GONÇALVES, 2000, p. 8).

Na percepção de Moura (2002) a ocupação branca no Sertão de Minas Gerais se dá a partir da formação de currais por fazendeiros como estratégia de ocupação das vastidões dos Sertões (MOURA, 2002, p. 27). Outrossim, como nos lembra Porto-Gonçalves (2000) e Costa Filho<sup>3</sup> (2008), a vasta extensão de terras da Casa da Torre da família D'Ávila permitiu que houvesse nos interstícios das aberturas dos currais, os inúmeros lugares de fuga de escravizados para as matas a dentro do rio São Francisco para as matas da Jaíba, especialmente, nas margens do rio Verde Grande e Gortuba bem distante das dominações brancas e dos currais que distanciavam das perigosas águas e que mantinham nichos de resistência dos quilombolas<sup>4</sup> livres ou libertos e os negros fugitivos do sistema escravagista.

## **2 “O RIO FAZ E DESFAZ E A GENTE ACOMPANHA NA PESCA E NA VAZANTE”: UMA PEDRA NO MEIO DO RIO DES-ENVOLVENDO UM POVO.**

O Sertão Norte de Minas até a década de 1970 detinha um envolvimento interno próprio perpassado por contradições regionais específicas, a exemplo os laços assimétricos do compadrio<sup>5</sup>, o que não impossibilitava a existência de uma parcial autonomia regional experienciada pelas

<sup>3</sup> A ocupação da região do Norte de Minas remonta ao período das concessões de sesmarias, que beneficiou diretamente a família de Antônio Guedes de Brito e a Família Garcia D'ávila nas duas margens do rio São Francisco. A família Brito dominava a sesmaria da Casa da Ponte com 160 léguas (iniciava em Acari Bahia e estendia até o rio das Velhas). A Casa da Torre dos Garcia D'ávila possuía 260 léguas e compreendia a margem esquerda do rio São Francisco tendo como referência nascente do rio sentido a foz.

<sup>4</sup> A utilização da categoria “campesinato étnico”, demonstra etnograficamente que existe uma campesinidade nos povos negros no Sertão Sanfranciscano Francisco, penetração e o sólido estabelecimento do elemento negro ou não-branco no sertão sanfranciscano, não como contingente escravo propriamente, mas como parte de um pequeno e embrionário campesinato não-branco, constituído de livres, libertos e alforriados, caracterizados como posseiros, rendeiros ou lavradores agregados à grande fazenda de gado com uma maior determinação do elemento negro, que no caso se deve ao fato de ser quilombolas. Há implícito em seu trabalho, portanto, uma ideia de campesinato indígena e num sentido mais genérico, de campesinato étnico. (COSTA FILHO, 2008, p. 23).

<sup>5</sup> As diferenças sociais entre a classe elevada dos fazendeiros e as mais humildes, desde os vaqueiros até os mais humildes agregados, mitigavam-se pela instituição interessante de compadrio: os filhos tinham como padrinhos membros das classes elevada que passam a tratar os pais de compadres” (MATTA-MACHADO, 1991, p. 26).

comunidades sanfranciscanas que se apropriavam da água e da terra posteriormente tornados meros recursos naturais pelo capital. Ainda assim, tais comunidades, possuem uma vida dialogada com as dinâmicas do rio São Francisco, notadamente, nas áreas de pesca, vazante, lugares de morada e de solta de animais que se materializam e se corporificam no modo de ser pescador e quilombola do “Velho Chico”.

Os sujeitos em questão após a década de 1970 são postos à prova, uma vez que o desenvolvimentismo fará substantivas alterações na paisagem e interpostas ao modo de vida das comunidades, tendo seu lance de pesca e sua vazante inseridos na lógica do capital. Essas mudanças obliteraram, subsumiram e desconsideraram toda a racionalidade de apropriação tradicional do solo, da água e do território como um todo, até então entendidos como “dons de Deus”, ou “dádivas da criação” tornados, em sua quase totalidade parte da dinâmica do mercado “o lugar da vida, tornado em lugar de negócio e lazer” (BRANDÃO, 1995, p. 106).

Em se tratando do rio São Francisco no Sertão de Minas, Saint-Hilaire (1976), a partir de suas viagens (1817-1820), já observara a relevância de três atividades: caça, cultivo de vazante, e o comércio consolidado do peixe na província de Minas.

Estando à margem do rio, defronte Porto do Salgado (atual Januária), encontrei dois meninos que pescavam com anzol. Perguntei-lhes se me queriam vender os peixes que tinham apanhado, ofereceram-mos, e embora cobertos de andrajos, recusaram o dinheiro, dizendo-me que bastaria jogar a linha novamente à água para fazer outra pescaria. Põe-se a secar o peixe do rio São Francisco, principalmente os surubis e os dourado. Comi deste peixe seco do rio São Francisco, e, achei-o infinitamente superior ao bacalhau da terra nova, que é preferido, no entanto, no país, sem dúvida porque é aí mais raro. O peixe seco do rio São Francisco, exporta-se dos arredores do Porto do Salgado (Januária) para o interior da Província de Minas (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 340).

Saint Hilaire (1975) observa que o cultivo agrícola às margens do Velho Chico era sem pousio e não necessitava de adubação alguma e por esta razão as terras alcançavam uma alta valorização. A dinâmica própria do rio oferece a melhor condição para reprodução do pescado e fertilização das vazantes, por meio das cheias no rio, que trazem sedimentos ricos em nutrientes como nos rios Tigre, Eufrates e Volga<sup>6</sup>, o que permaneceu enquanto inexistia Barragem de Três Marias<sup>7</sup>. O Sertão Noroeste Mineiro era reconhecido por apenas dois ciclos hidrológicos: “até 1940, antes das grandes barragens, a vida no rio era regulada pelas secas e enchentes” (MATTA-

<sup>6</sup> Sedimentos de areia, terra e restos orgânicos que fertilizam anualmente as croas de areia existentes ou formadas numa cheia do rio. Após a baragem, tais dinâmicas são menos intensas, mas ainda assim, as cheias anuais, aonde elas chegam tornam as vazantes altamente propícias para o cultivo.

<sup>7</sup> Construída entre 1959-1963 com o objetivo de controlar a vazão do rio e gerar energia elétrica.



MACHADO, 1991, p. 27). Entretanto, as ações do Estado em relação ao Norte de Minas que vão emergir a partir do século XX partem da noção de atraso do Norte de Minas para forjar o contexto de miséria e vazio.

O discurso construído, em tratando de Norte de Minas, sobre o “suposto atraso”, se fortalece na segunda metade do século XX, mas se remetendo às raízes históricas na insurreição Morte mineira contra os poderes constituídos do Brasil Colônia. Por outro lado, “conservou”, a grosso modo, até meados de 1960, características de uma região “agropastoril interna, portanto uma região não exportadora, exceto a produção do gado vacum”. (MATTA-MACHADO, 1991, p 17), sendo este destinado para a região das minas. Matta Machado (1991) reafirma a hipótese de que a coroa “obliterou” as possibilidades do Sertão Sanfranciscano se integrar a economia nacional e mineira em razão de uma “revolta cognominada de “Sedição de 1736” ou “Conjuração do São Francisco” (MATA-MACHADO, 1991, p. 39) e deste seguiu-se o isolamento que perdurou até o século XX.

Esse suposto esquecimento, experimentado pelo Norte de Minas, segundo Mata-Machado (1991) contribuiu para emersão do “banditismo Social” que Chico Science<sup>8</sup> canta em sua música justificando-o por uma questão de classe. Um exemplo, no Sertão de Minas é Antônio Dó (médio proprietário da atual cidade de Brasília de Minas) que na I República, entre fins do século XIX e início do século XX, passou a agir como juiz do povo, em desafiando os grandes proprietários e coronéis na resolução dos conflitos agrários conferindo os direitos em favor de posseiros, famílias negras. O conflito agrário, anteriormente, resolvido no sertão mineiro, com o desenvolvimentismo, será agravado pela intervenção do Estado.

A partir de 1959 é criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE pela União. O Norte de Minas será inserido em 1963 e nela o estado fara a infraestrutura para entrada do capital, instituindo padrão e normativas dinamizar o espaço na acumulação do capital ao bem querer das classes externas à região. Por sua vez, o estado de Minas, cria a Fundação Rural Minas-Ruralminas, através da Lei nº 4.278/66. Deste modo, observa-se uma dupla ação articulada na região Norte de Minas, uma federal e outra estadual. O projeto Jayba<sup>9</sup> fomentado pela rural Minas no Norte de Minas se intitula por ser a última barreira do agronegócio e maior produtor de frutas da América Latina e por consequência o maior consumidor de água do Velho Chico e rio Verde Grande. O complexo agroindustrial da Jayba, prioridade para o governo de Minas, almeja ser

---

<sup>8</sup> Letra da Música: Baditismo por uma questão de Classe. Autor Chico Science.

<sup>9</sup> O Projeto Jaíba é o maior projeto de irrigação da América Latina. Está na agenda de desenvolvimento misto entre o Estado de Minas e da União. Situado no Norte de MG e pretende produzir, assim que todas as etapas forem concluídas, mais de 1,7 milhões de toneladas de frutas anuais no já instalado Distrito de Irrigação do Jaíba (DIJ). Disponível em: <http://www.ruralminas.mg.gov.br/jaiba> > acesso em 12 de mar. De 2017.

concluído em 4 etapas: etapa I - abrange área de aproximadamente 33.350 ha (já concluída), etapa II - incorpora áreas de 34.700 ha, etapa III - com superfície aproximada de 17.000 ha, etapa IV - com extensão aproximada de 15.850 ha. A primeira etapa já está concluída e à espera das demais.

Água e terra, na verdade, são as duas dimensões que inserem o Norte de Minas na divisão regional do trabalho pelo acordo entre a União e Unidades Federadas. A própria barragem de III Marias Companhia de Energia de Minas Gerais (CEMIG), em parte governamental, objetiva manter a demanda de criação de grandes projetos de irrigação administrado pela Ruralminas. A Ruralminas, segundo Araújo (2012), detinha amplos poderes: compra, investimento, divisão e administração do setor agrícola, projetos de irrigação, inclusive, o ordenamento territorial das áreas de atribuição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA. Na prática, as implantações de tais projetos dinamizaram a economia enquanto existiram, por outro expropriou segmentos de pescadores-quilombolas do Norte de Minas.

A SUDENE, segundo Oliveira (2004), faz parte das políticas hidráulicas contra as secas no Nordeste, especialmente, para atender as oligarquias agrárias que se apoderaram do discurso de seca histórica, e da pouca representatividade política de Juscelino Kubitschek-JK<sup>10</sup> nos colégios eleitorais da Bahia e Pernambuco que precisaria ser fortalecida.

O termo Nordeste usado para designar a área de atuação da Inspeção Federal de obras Contra as Secas – IFOCS<sup>11</sup>, no início do século XX, atende a necessidade desenvolvimentista embasando-se numa região tornada “miserável” a ser des-envolvida, forjando assim a “**região Nordeste**” como signo de manutenção e reprodução de relação de poder. A invenção do Nordeste, na perspectiva de Servilha<sup>12</sup> (2015), se constrói a partir de estereótipos pautados no discurso do flagelo da seca, no banditismo social de Lampião e no messianismo de Canudos, contexto sigmático que permitiu a invenção da tão propalada miséria que serão inseridos o Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha como bolsões de miséria pelos irresponsáveis diagnósticos estatais. Essa contexto “antimoderno” e aquém precisava ser superado por meio da integração de um projeto de Estado moderno. Tais regiões tornadas miseráveis corroboram para ser o álibi de acesso aos incentivos fiscais da SUDENE. No contexto mineiro “o ideal modernizador, urbanização-

---

<sup>10</sup> A intervenção do Estado na economia apoiou e reforçou o impulso vindo do setor privado, no ciclo que ficou conhecido como “desenvolvimentista”. Sucessivamente, Vargas e depois Kubitschek patrocinaram a ampla vaga da industrialização “substitutiva” que tomou forma de acúmulo de economias externas que só beneficiavam São Paulo e seu imediato entorno. Foi então que veio a Sudene, no rastro de um conjunto de fatores que elevou a “questão regional” ao estatuto de uma “questão nacional”. Uma impiedosa seca, que exigiu a ajuda federal, mediada pelos “coronéis” com seus velhos métodos corruptos, uma derrota política do governo Kubitschek nos então dois principais estados, Pernambuco e Bahia. (OLIVEIRA, 2004, p. 13).

<sup>11</sup> Órgão criado em 1909, vinculado ao Ministério da Viação e Obras Públicas, com o nome de Inspeção de Obras contra as Secas (IOCS) através do Decreto 7.619 de 21 de outubro de 1909. Em 1919, passou a chamar-se Inspeção Federal de Obras contra as Secas (IFOCS) e, em 1945, recebeu o nome atual.

<sup>12</sup> A noção de invenção do Nordeste de Servilha (2015) se dá a partir dos estudos de Albuquerque Junior (2011).



industrialização-integração nacional-desenvolvimentista (Servilha, 2015 p. 74), se dava em diversas escalas, atendendo uma ordem mundial<sup>13</sup>. A divisão de região é transpassada por um modo de apropriar seja em termos físicos, seja em termos sigmáticos predeterminando a participação na divisão regional do trabalho, assim, as supostas vocações regionais priorizavam escalas de modernização e expropriação dos não ajustados ao processo de modernidade e excluindo as populações de suas terras tradicionalmente ocupadas e não problematizando a regularização territorial/reforma agrária, mas ao contrário instalando a modernização conservadora e contraditória por trás do ato de dividir. As divisões entre Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha e Nordeste se instituíram/instituem justificando o ato de dividir por classificações. Esse discurso subsidiou o sentido de homogeneizar a heterogeneidade, com finalidade de intercambiar mercadorias e a força de trabalho terra e água local.

Assim, terras de negros (as) pescadores (as) vão ser “regularizados” como empresas rurais no regime militar e a modernização dolorosa e conservadora anexará ocupações tradicionais como se fossem vazios humanos e toda violência física e simbólica seguirá expropriando entre 1960 - 1990. Na percepção de Martins (2010), na América Latina, na década de 1970, pairava esse aparente dualismo modernidade-conservadorismo, que, não são necessariamente uma experiência de uma oposição, mas correspondência a uma “conciliação do antagônico, como forma de resistir a inovação e à transformação” (MARTINS, 2010, p. 18). Na realidade a possível desarticulação de tempos histórico e social são interfaces de uma realidade coesa. No seu ponto de vista, ambos, o tradicional e o moderno coexistem no mesmo tempo históricos sendo ambíguo e inconcluso.

Modernidade, enquanto moda e momento, é também a permanência do transitório e da incerteza, a angústia cotidiana da incerteza em face do progresso linear e supostamente infinito: a vida finita posta em face da realidade social, do futuro, supostamente sem fim. A modernidade não está apenas nem principalmente na coleção de signos do moderno que atravessam de diferentes modos a vida de todos nós. A Modernidade é a realidade social e cultural produzida pela consciência da transitoriedade do novo e do atual. (MARTINS, 2010, p.18).

No fundo a ideia de modernidade abarca a ampliação do território do capitalismo que se retroalimentam pela expropriação territorial. A modernidade “é constituída ainda pelos ritmos desiguais do desenvolvimento econômico e social, além do acelerado avanço tecnológico” (MARTINS, 2010, p.18-19) e a dolorosa acumulação desigual de capital. É uma experiência que

---

<sup>13</sup> Há um sentido no qual o progresso econômico acelerado é impossível sem ajustes dolorosos. As antigas filosofias ancestrais devem ser erradicadas; as velhas instituições sociais têm de se desintegrar; os laços de casta, credo e raça devem se romper; e grandes massas de pessoas incapazes de acompanhar o ritmo do progresso devem ver as suas expectativas de uma vida confortável frustradas. Poucas comunidades estão dispostas a pagar o preço do progresso econômico” (Nações Unidas 1951 apud Servilha, 2015 p. 71).

não perpassa ontologicamente pela pessoa e nestes termos ela “mistifica desmistificando”, isto é, apresenta o possível, mas não te dá as condições de acessá-lo. No plano material, a modernidade é aparente, e, daí emergem as relações de trabalho análogos à escravidão na modernidade enquanto uma travessia, e no sentido ético está conclusa.

Em que pese, a ideia de Nordeste atrasado e antimoderno também é motivo das preocupações da CEPAL<sup>14</sup> que propõe um modelo de desenvolvimento a partir da noção centro-periferia, também numa lógica de planejamento e integração entre as regiões brasileiras. Salienta-se que, as proposituras de Furtado<sup>15</sup> embasaram o projeto SUDENE.

Furtado fundou sua tese sobre o Nordeste, que embasou sua concepção de superação do atraso nordestino pelo planejamento, nessa analogia ele demonstrou, através do esquema da triangulação exportações do Nordeste-uso das divisas “nordestinas” pelo Centro-Sul-exportações do Centro-Sul para o Nordeste, como se dava a nova relação. (OLIVEIRA, 2004, p. 11).

A modernização trouxe o barramento do rio e retenção da terras de suas margens além das chapadas a serem explorados pelo capital externo pela mediação governamental estabelecendo funções pré-estabelecidas: “enquanto as empresas de São Paulo e Rio produziram os bens duráveis, Minas, a partir da divisão regional de trabalho forneceria os bens intermediários, isto é, os insumos bases para as primeiras. (SERVILHA, 2015 p. 86). No Norte de Minas, a SUDENE entre o período de “1970 e 1990 aprovou, não menos que, 222 projetos para a região em questão, sendo 108 projetos industriais, 07 agroindustriais e 107 agropecuário” (SANTOS; SILVA 2017 p. 16), gerando uma maior inserção econômica do Norte de Minas em relação a outras regiões do Estado, mas também causando expropriação e desigualdades sociais.

Os projetos desenvolvidos pela SUDENE eram articulados a partir de quatro eixos: “(a) grandes projetos agropecuários; (b) industrialização; (c) reflorestamento; e (d) projetos de irrigação” (RODRIGUES, 2000, p. 99), na sua maioria, como se pode observar grande parte se destinava ao campo. Em nível Federal, a modernização dos latifúndios antigos, doravante tornados propriedades rurais, no Norte de Minas, se deu a partir de recurso oriundos do Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR<sup>16</sup>), cujo recurso mais expressivo origina-se do Imposto de Renda de pessoas jurídicas disponibilizado como crédito para pecuária e reflorestamento no Norte de Minas. O FINOR é administrado pelo Banco Nacional do Brasil (BNB). O capital do BNB,

<sup>14</sup> Comissão Econômica para a América Latina.

<sup>15</sup> Idealizador do Plano de metas de desenvolvimento do governo de JK, dentre eles o projeto SUDENE

<sup>16</sup> Benefício Fiscal concedido pelo Governo Federal, criado pelo Decreto-Lei nº 1.376, de 12/12/1974, reformulado pela Lei nº 8.167, de 16/01/1991, com modificações introduzidas pela MP nº 2.199-14, de 24/08/2001 (última reedição da MP nº 2.058, de 23/08/2000), para apoio financeiro às empresas sediadas na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE (Nordeste, Norte de Minas Gerais e Espírito Santo). Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/web/guest/duvidas-frequentes1#13>> Acesso em 21 de outubro de 2017.

segundo Araújo (2012), é misto sendo 90% de capital público e os demais privados que ficam à disposição para investimento em toda área atingida pela SUDENE.

Como resultante desse período tem-se, atualmente, no Sertão Franciscano, um número elevado de fazendas endividadas, hipotecadas e um cemitério de indústrias em Montes Claros, o que se deu em razão das medidas neoliberais do governo de Fernando Henrique Cardoso-FHC nos anos 1990 que abandonou progressivamente o sentido da SUDENE para o Estado, que observou substanciais desvios existentes nos projetos, impedindo assim os prós e contras da política regional articulada a divisão internacional do trabalho.

O FINOR retirou a maior parte dos incentivos fiscais. O pretexto foi a corrupção encontrada no agenciamento dos projetos de investimento, a fraude em projetos que nunca se instalaram, uma valorização artificial das ações do FINOR-FINAM mediante a qual os donos dos projetos recompravam na “bacia das almas” as ações que estavam em mãos de terceiros, porque evidentemente o mecanismo estava funcionando apenas como uma espécie de especulação financeira e os resultados reais dos projetos de investimento não remuneravam o capital investido – diga-se, os incentivos a que a União renunciava (OLIVEIRA, 2004, P18).

Sabe-se que muitas das fazendas que expropriaram os camponeses e as populações tradicionais do rio São Francisco, a partir de 1990, decretaram falência, como é o caso da Massa Falida Atrium, que expropriou os comunitários de Croatá, Sangradouro Grande, Várzea da Cruz e Gameleira, em Januária, todos quilombolas e pescadores. Porto Gonçalves (2000) ao analisar os impactos da SUDENE no Sertão Norte mineiro afirma que o que transformou, “a partir dos anos setenta, foi o modo de inserção da região à divisão nacional/internacional do trabalho”. (PORTO-GONÇALVES, 2000, p. 14). Todo esse processo desenvolvimentista legitimou a privatização da água e da terra, fortaleceu e formou outros latifúndios, posteriormente tornadas empresas rurais conforme as normativas do Estatuto da Terra de 1964, garantidos pelos incentivos,

Os incentivos governamentais sob a forma de isenção fiscal ou de concessão de terras públicas, gerais, foram colocados à disposição de empresários que abraçaram essa ideologia modernizadora. Temos, assim, a modernização conservadora à la Norte de Minas. (...) Assim a região que tinha seu próprio envolvimento foi des-envolvida. A sociedade local/regional que, à sua moda, com suas próprias contradições, determinava o que ia ser feito dos seus, mesmo que desigualmente repartidos, recursos naturais assim como de outras riquezas, vê des-locado, ou seja, vê tirado (dos do) do local, (dos da) da região, o poder de determinar os seus destinos. (PORTOGONÇALVES, 2000, p. 12 e 13).

Na perspectiva de Little (2002) a proposição de modernidade em relação às comunidades tradicionais trouxe no seu involucro a pressuposição do desenvolvimento em oposição ao suposto

atraso que, inicialmente, era ideia reinante que compunha o bojo das ciências sociais (em especial o lenilismo que considerava que tais populações seriam totalmente absolvidas pela indústria, economia e pela tecnologia). A homogeneidade marxista pressupunha a “inexorabilidade” fática da transitoriedade das comunidades tradicionais que deveriam se colocar em marcha para a modernidade, entretanto, essa noção foi efêmera no próprio interior das ciências sociais, a exemplo da antropologia que postula o etnoenvolvimento local para tais populações. A noção de desenvolvimento desigual e combinado segundo Lowy (1998), no nosso entender, se aplica a situação Norte Mineira. A perspectiva do desenvolvimento desigual e combinado se constrói a partir do momento em que uma forma de produção se sobrepõe a outra forma de produzir que lhe é externa. Tal situação é observada na inserção do rio São Francisco e suas terras crescentes e férteis a serem articuladas com o Centro-Sul brasileiro, por meio de produção primária de eucalipto para aquecer os fornos do quadrilátero ferrífero, que por sua vez conduz o aço à exportação:

Esses diferentes estádios, não estão simplesmente um do lado do outro, numa espécie de coexistência congelada, mas se articulam se combinam, se amalgamam: o processo do desenvolvimento capitalista, criado pela união das condições locais (atrasados) com as condições gerais (avançadas). (LOWY, 1998, p. 78).

No entendimento Duayer (2011) as forças produtivas e as relações sociais, embora aspectos diferentes do desenvolvimento do indivíduo social, correspondem meramente como meio para o capital. Na perspectiva de Marx (2011), existem diferentes formas de desenvolvimento social do indivíduo, assim como existem diferentes formas de produção e “distintas fases de desenvolvimento de produção”, inclusive aponta que a “a própria sociedade burguesa é só uma forma antagônica do desenvolvimento, nela são encontradas com frequência relações de formas precedentes” (MARX, 2011 p. 85). Deste modo, Marx salienta que a persistência da propriedade comunal, é um exemplo de existência de relações aparentemente contraditórias e desconexas em uma mesma época. Entretanto, para a economia burguesa esta existência e ressignificada como um “suposto resquício” precedente do desenvolvimento histórico, ou nas palavras de Marx “uma etapa de si mesma”.

Em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e a influência das demais produções e suas respectivas relações. É uma iluminação universal em que todas as demais cores estão imersas e que as modifica em sua particularidade. É um éter particular que determina o peso específico de toda existência que nele se manifesta. Por exemplo, entre os povos pastores (os povos meramente caçadores ou pescadores estão aquém do ponto onde começa o desenvolvimento efetivo). (MARX, 2011, p. 86).

Deste modo, diferentes processos históricos e relações sociais coexistem na dinâmica global do sistema e da sociedade capitalista que tem em si sua contradição, inclusive, a propriedade em comum que só se manterá, na medida em que tais populações se “manterem em suas tradições” (MARX, 2011, p. 86).

Entretanto, qualquer visão marxista ou marxiana determinista não encontra compactuação nesta escrita. Concorde-se com Giddens (1991) que afirma que qualquer modo de pensar a história unificada ou trazer para o seu bojo um perspectivismo evolucionista social é preocupante, afinal, o que é evoluir e de onde vem e é formada esta proposição? Será que todos querem evoluir? Assim, conclui o autor, a “história é destituída de teleologia nenhuma visão de progresso pode ser plausivelmente definível” (GIDDENS, 1951, p. 52). Martins (2010) refletindo as temporalidades da história no pensamento de Lefebvre observa que a noção de desenvolvimento igual do capitalismo foi bastante propagado devido a muitos intelectuais<sup>17</sup> terem tido acesso apenas ao primeiro volume de O Capital, por isso afirma que,

A noção de formação econômico-social em Marx e Lenin tem dois âmbitos: ela tanto designa um segmento do processo histórico formação econômico-social capitalista, quanto designa o conjunto do processo histórico. Mais do que uma imprecisão, essa duplicidade nos remete ao princípio explicativo de totalidade e, ao mesmo tempo, de unidade do diverso (MARTINS, 2010, p. 101).

Assim sendo, a noção de formação-econômico-social abarca a noção de desenvolvimento desigual do capitalismo, não obstante a aparente existência ou a própria existência de formações de ritmos históricos e sujeitos sociais que não se findaram no passado, mas existem no bojo da totalidade que produz e coexiste o diverso.

Deste modo, coexistem diferentes formas de apropriação do rio que se sobrepõem aos pescadores-vazanteiros-quilombolas, a primeira resulta de uma perspectiva desenvolvimentista (barragens, agrohidronegócio, indústrias têxteis, mineração e outros) gerando um grande passivo ambiental para os pescadores-vazanteiros.

O des-envolvimento tornou os pescadores e vazanteiros do rio São Francisco reféns das bases de concreto de Três Marias que tornou toda a dinâmica das águas, tão necessárias à pesca e a vazante, prisioneira de si. As águas passaram a ser reificadas pelo Operador Nacional de Energia (ONS) engendrando uma regulação das águas em uma escala mais ampla, posto que a vazão do rio passa não somente a servir às necessidades de MG, mas aos desmandos de grandes empresas

---

<sup>17</sup> Dentre estes Lenin recorreu a noção de formação social e econômica por não terem acesso a (pedagogicamente observou que o primeiro volume da obra O capital, que Lenin teve acesso, havia, somente, o desenvolvimento igual do capitalismo), por isso que recorreu a noção de formação econômico-social para refletirem as relações sociais capitalista e relações sociais e institucionais que não estavam totalmente abarcadas pelo desenvolvimento do capitalismo, como na realidade russa.

consumidoras de energia de outros lugares. Destarte, somente a vazão defluente e as águas da chuva após a barragem é que têm “dinamizado” minimamente o rio e fertilizado as vazantes, uma vez que, a barragem obstruiu o “fazer/desfazer” natural do rio doravante regulado pelo capital. Neste sentido, vale lembrar uma a fala do pescador vazanteiro, seu Euclides. “O rio faz e desfaz e a gente acompanha ele na pesca e na vazante<sup>18</sup>” Para ele, a sua vida se dá no movimento das águas no rio e sua dinâmicas.”. Um ano bom de pesca, pressupõe a existência das cheias cíclicas: “O rio não cria peixe, quem cria são as lagoas. Para as fêmeas reproduzir nas lagoas é preciso um sinal do rio, e, para os peixes pequenos sair da lagoa também é preciso o segundo sinal das cheias<sup>19</sup>”.

Entretanto, Segundo a Revista Globo Rural (2010), somente o Projeto Jayba detém outorga para retirar 80 metros cúbicos de água por segundo do rio São Francisco em quantidade próxima ou superior a vazão afluente (água que chega na barragem de Três Marias). Se considerados alguns dias em períodos de seca e os múltiplos usos da água é possível que a retirada seja mais substancial conforme se pode observar nos dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (2017), retirados aleatoriamente entre os anos de 2014-2018 evidenciando a insustentabilidade ambiental do projeto Jayba e uma crise hídrica.

Bacia do São Francisco	Reservatório	Nível da barragem	Vazão m <sup>3</sup> /s afluência	Vazão m <sup>3</sup> /s defluência	Data
Barragem de Três Marias	551,34	5,16	16	162	30\09\2014
	553,26	10,53	66	122	17\01\2015
	554,75	15,20	66	344	03\11\2016
	572,72	9,0	26	310	26/10/2017
	560,81	37,1	61	276	14/09/2018

Tabela 1: Operação da barragem de Três Marias entre 2014-2017. Fonte Operador Nacional do Sistema Elétrico ONS e Companhia hidrelétrica de Minas Gerais -CEMIG<sup>20</sup>. (Org. Santos, R. P.).

Segundo Malvezzi (2014), as vítimas primárias do agrohidronegócio são: “ribeirinhos, pescadores, indígenas, quilombolas, posseiros, marisqueiras, trabalhadores rurais, aquelas categorias do campo que ocupam espaços desejados pelo capital” (MALVEZZI, 2014 p. 99-100). É

<sup>18</sup> Anotação de caderno de campo do pescador Euclides Batista de Souza 18 dezembro de 2017.

<sup>19</sup> Anotações de caderno de campo com o pescador Euclides Batista de Souza em 01 de maio de 2018.

<sup>20</sup> Disponível em: [http://apps05.ons.org.br/resultados\\_operacao/boletim\\_diario/index.htm](http://apps05.ons.org.br/resultados_operacao/boletim_diario/index.htm) (2017). Acesso em 10 de março de 2017. Disponível em: [http://www.cemig.com.br/ptbr/a\\_cemig/nossos\\_negocios/usinas/Paginas/Tr%C3%AAAs\\_Marias\\_dados.aspx](http://www.cemig.com.br/ptbr/a_cemig/nossos_negocios/usinas/Paginas/Tr%C3%AAAs_Marias_dados.aspx) Acesso em 29 de novembro de 2017.



constante o embate com o capital das diversas categorias identitárias tornadas vitimadas com signos de atingidos de acordo com seu encontro ou não com o interesse direto ou indireto, inclusive, por impactos do capital expropriatório.

A comunidade pesqueira e quilombola de Croatá, no Norte de Minas, não se refere à palavra desenvolvimento. Ela se encontra entremeada em momentos em que se recordam da fartura ou vivenciam a escassez no tempo hodierno. A escassez e expropriação chegam com o tempo dos fazendeiros/barragem que condicionaram os pescadores-quilombolas a viverem em ilhas, comprometendo os lugares de pesca, caça, vazante e morada, e, a barragem de III Marias comprometerá a vazão ecológica do rio causando mortandades de peixes.

Os pais da gente criou a gente na beira do rio com a caça e com a pesca. Eles iam para o mato. Iam e matavam um veado, aí eles pegavam e dividiam com a família. Era a semana toda comendo. Era uma alegria só. Só ia caçar outro quando aquela acabava. Então não era predatório. O que acabou com a caça foi o fazendeiro. E por isso hoje é proibido. Foi o quê? Os grandes fazendeiros entraram com o capim e derrubaram a moradia dos bichos. Você mora numa casa, chega um cara e derruba sua casa. Você não tem onde morar. Eu lembro que o meu avô fazia assim. Eu vou ali, não era longe. Era na beira de casa, na porta. Ele ia lá e caçava. O cachorro acuava um tatu na beira do quintal, ele ia lá e panhava. E ficava todo mundo com a barriguinha cheia. Hoje para pescar tem que ter tamanho certo, limite certo e o peso certo. Senão tiver assim a gente tem que soltar. Por isso, a gente preserva. (Pescador-quilombola-vazanteiro Raimundo<sup>21</sup>).

O surubim está escasseado, o surubim tem morrido muito. Por causa da água envenenada que veio aí para cima, veio muitos surubins mortos por causa de alumínio na água de empresa de metal. (Pescador-quilombola<sup>22</sup>).

A fartura é associada não ao tempo gasto no trabalho, mas na possibilidade de deixar multiplicar a multiforme capacidade da vida, e, em decorrência, tanto menos o pescador-quilombola perecerá. Isso implica numa mínima intervenção na socialização das matas e águas existentes nas paisagens nos diversos lugares que compõem o território: rio, vazantes, quintal, barranco, mata e cerrado que atendem as necessidades simbólicas e físicas destes sujeitos coletivos, especialmente do pescado e das águas.

Essa ictiofauna do rio São Francisco é representada por 150 espécies de peixes que encontra-se bastante ameaçada em várias regiões, principalmente no trecho a jusante da barragem de Sobradinho até o Oceano Atlântico, a montante da barragem de Três Marias e nos rios Paraopeba e das Velhas, devido, principalmente, ao desmatamento ciliar, à

<sup>21</sup> Entrevista de campo realizada em Croatá, em 10 de dezembro 2017.

<sup>22</sup> Entrevista de campo realizada em Croatá com seus Joaquim Francisco de Souza, em 15 de dezembro de 2017.

construção de grandes barragens, às poluições industrial e ao garimpo (SATO; VERANI; GODINHO, 2003, p. 275).

A poluição, e, sobretudo a intervenção no ciclo hidrológico, conforme salienta Glinskoy Thé (2012), impacta de maneira drástica numa constatação fática em que dos 13% das espécies com valor comercial, cerca de 80% deste total são espécies migratórias, necessitando, portanto, de acordo com cada espécie, de centenas de quilômetros de nado livre rio acima para a sua reprodução impossibilitada pela existência da barragem.

A regularização do regime hidrológico de um rio por meio de barragens é geralmente reconhecida como uma das formas mais devastadoras de degradação do habitat de águas interiores, as barragens constituem uma barreira intransponível na rota migratória dos peixes de piracema. (GODINHO e GODINHO, 2003, p. 20).

As investigações de Sato, Verani e Godinho (2003) identificaram que cerca de 80% das espécies comercial do Velho Chico, no Norte de Minas que não se reproduzem em cativeiro, como se pode verificar na tabela abaixo. Deste modo, são as cheias e a retirada das barragens que possibilitariam o nado longo e cíclico necessário para a reprodução dos peixes.

**Tabela 2. Relação das espécies de peixes de valor comercial da bacia do rio São Francisco e sua condição de reprodução em cativeiro.**

<b>Espécie</b>	<b>Reprodução em cativeiro**</b>
<b>Characidae</b>	
1. <i>Brycon Orthotaenia</i> (matrinchã)	Não
2. <i>Salminus brasilienses</i> (dourado)	Não
3. <i>Salminus hilarii</i> (dourado branco)	Não
4. <i>Pygocentrus piraya</i> (piranha)	Não
<b>Anostonidae</b>	
8. <i>Leporinus obtesidens</i> (piauí verdadeiro)	Não
9. <i>Leporinus piau</i> (piauí gordura)	Não
10. <i>Leporinus reinhardi</i> (piauí três pontas)	Não
11. <i>Leporinus taeniatus</i> (piauí jeju)	Não

12. <i>Schizodon knerii</i> (piauí branco)		Não
<b>Prochilodontidae</b>		
13. <i>Prochilodus costatus</i> (curimatã piauí)		Não
14. <i>Prochilodus argenteus</i> (curimatã pacu)		Não
<b>Pimeiodidae</b>		
15. <i>Conortynchos conirostris</i> (pirá)		não
16. <i>Duopalatinus ermaganatus</i> (Mandiaçu)		Não
18. <i>Pimelodus maculatus</i> (mandi amarelo)		Não
19. <i>Pseudoplatystoma caruscans</i> (surubim)		Não
<b>Loricariidae</b>		
20. <i>Rhinelepis aspera</i> (cascudo preto)		Não
*sem observação		
** Viveiro de piscicultura		

Tabela 2: Espécies de peixes comerciais com possibilidades ou não de reprodução em cativeiro. Fonte: (SATO; FENRICH-VERRANI; GODINHO, 2003, p. 276) - Org. Rafael Pereira

Para Glinfskoy Thé (2012), a barragem faz com que as águas diminuam sua característica lófica (rapidez) fato que causa a diminuição do pescado a jusante da barragem e em decorrência a dizimação dos peixes nobres a montante da barragem, a exemplo dos surubins, dourado, matrinhã e pirá, respectivamente peixes migratórios, e em processo de extinção. As águas livres promovem a “saúde” hidrológica do rio que perpassa pela complexa relação de comunicação entre rio, lagoas no período de reprodução do pescado. Após as barragens, as cheias anuais cessaram, permanecendo só as grandes cheias ou “cheias fortes” como dizem os comunitários de Croátá. Todas essas mudanças atingem o conhecimento ecológico local (CEL), isto é, impacto nos saberes e no modo de vida das comunidades (diminuição do pescado e fertilização das vazantes) que eram pautados na vazão ecológica.

Segundo Glinfskoy Thé (2012) as pesquisas têm demonstrado substantiva e sucessivas quedas na captura do pescado, a exemplo da estatística pesqueira registrada por pescador embarcado em Pirapora-MG que era de 11,7 kg por dia em 1987, e em 1999 passou a ser 3,7 kg dia por pescador ou Captura de Pescado por Unidade de Esforço (CPUE). O crime ambiental que se

deu no vazamento de zinco da barragem de contenção da Votorantim Metais-(VM)<sup>23</sup>, no leito do rio, causou a “mortandade de mais 100 toneladas de peixes de várias espécies, especialmente o surubim, peixe de alto valor comercial” (GLINSKOY THE, 2012, de p. 8). Tais dados evidenciam antes de tudo a necessidade de uma estatística pesqueira menos esparsa e mais sistemática e num segundo momento a necessidade de investigar os mecanismos de resiliência dos pescadores (as) que conforme verificamos no Alto Médio São Francisco se ocupam da pesca, agricultura de vazante e coleta de frutos.

Diferente da defesa da pluriatividade de Sheneidder (2007) observa-se que as múltiplas atividades são comuns para os pescadores-vazanteiros, portanto, não necessitando teorizá-las para se entender que ela pressupõe uma maior permanência no campo e não uma fórmula nova para diminuição do êxodo rural. As múltiplas atividades é um potencial endógeno que faz parte do calendário ecológico entre o ciclo de cheia e vazante dos pescadores-vazanteiros do rio São Francisco. Portanto Segundo Santos e Rocha (2015), as diferentes atividades referem-se a uma característica basilar no exercício de atividades associativas que compõe o seu cotidiano que perpassa pelo envolvimento com atividades relacionadas a água e a terra. Os pescadores que manejam as vazantes são citados na literatura de Diegues e Arruda (1999) que os nomeiam como varzeiros do São Francisco em oposição aos varzeiros amazônicos, ambos ocupam as áreas inundáveis anualmente. Oliveira (2005), recorre aos estudos de Neves (1998) e Mata-Machado (1991), na busca de aprofundar o conhecimento sobre as populações vazanteira do Rio São Francisco, entre as cidades de Januária e Manga em Minas Gerais.

Os vazanteiros são as populações residentes nas áreas inundáveis das margens e ilhas do rio São Francisco que se caracterizam por um modo de vida específico, construído a partir do manejo dos ecossistemas são-franciscanos, combinando, nos diversos ambientes que constituem o seu território, atividades de agricultura de vazante e sequeiro com a pesca, a criação animal e o extrativismo. (OLIVEIRA, 2005, p. 10).

Tais populações têm a pesca como uma atividade central no sistema de produção o que não pressupõe o Registro de Geral da Pesca cobrado pelo estado. No conjunto, observa-se que há uma centralidade do exercício do cultivo de vazante no modo de vida do pescador, além de o modo de vida vazanteiro se nutrir da cosmovisão dos pescadores e por isso entendem que todo pescador é também um vazanteiro, e, ambos têm uma vida voltada para o ciclo hidrológico que definem as relações com a reprodução do peixes e também seres sobrenaturais, a exemplo do caboclo d’água existentes no imaginário dos pescadores.

---

<sup>23</sup> Com a fundação da Companhia Mineira de Metais (CMM), iniciam-se as pesquisas das jazidas de zinco em Vazante (MG), que forneceria o primeiro embarque do minério para a unidade metalúrgica de Três Marias (MG).

Portanto, pode-se inferir que, no Sertão Franciscano, em Minas, há uma simbiose entre o modo de ser vazanteiro/pescador. A distinção entre pescador e vazanteiro, muitas das vezes, acontece pelo recorte da pesquisa. Ao indagar os pescadores (as) eles normalmente respondem tautologicamente: “todo pescador é vazanteiro e todo vazanteiro é pescador<sup>24</sup>”. Ser pescador-a/vazanteiro-a é estar em relação ao rio São Francisco e suas margens que nomeia e imprime identidade a diversos sujeitos sociais que manejam suas águas e suas margens, isto é, além de possuir um lance de pesca, normalmente possui um pedaço minúsculo de vazante às margens ou no meio do rio São Francisco.

A pesca em âmbito internacional é discutida a partir da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO (2015), sendo que a FAO se ordena a partir das Diretrizes Voluntárias da Pesca Artesanal, sendo o Brasil um país signatário. No entendimento da FAO<sup>25</sup> a pesca artesanal é vista como uma atividade que se enquadra na categoria de Pesca de Pequena Escala em oposição à pesca industrial. Os dados da FAO afirmam que 90% das pessoas que atuam na pesca no mundo são pescadores artesanais.

A pesca em um contexto macro de Brasil foi analisada por Diegues (1999) demonstrando a recorrência da íntima relação entre a atividade de pesca/agricultura em nível de Brasil. Estas relações recorrentes, exemplos dos pescadores-lavradores, caiçaras existentes no litoral do espírito Santo até o Paraná, os pescadores açorianos do litoral sul do país, varzeiros da Amazônia e do rio São Francisco e os jangadeiros do Ceará a Bahia. Na tabela abaixo, é possível observar a relação e recorrência entre a agricultura e pesca e a necessidade de terras e águas livres para que os pescadores-lavradores (vazanteiros) possam vivenciar seus respectivos modos de vida:

<b>Autor (a)</b>	<b>Relação do pescador com outras atividades</b>	<b>Localidade</b>
Cândido (1964)	Caipira <sup>26</sup> tem a centralidade da pesca e a caça centralidade em sua dieta alimentar de carne.	Paulistânia: São Paulo, Minas, Goiás, Mato Grosso e Paraná...

<sup>24</sup> Anotações de caderno de campo obtida em diálogo com sobre identidade com a pescadora-vazanteira Maria das Dores Pereira da Silva, 5 de Agosto de 2017.

<sup>25</sup> A FAO Criada foi instituída em 1945, se diz atuar como um fórum “neutro”, buscando colocar em diálogo países desenvolvidos e em desenvolvimento, em reúnem em pé de igualdade para negociar acordos, debater políticas e impulsionar iniciativas estratégicas. Reune cerca de 191 países como membros e possui escritório central em Roma e outros 78 regionais em diversos países.

<sup>26</sup> Segundo Antônio Cândido (1964), os caipiras na abordagem antropológica caracterizam-se por ser um tipo de homem rústico, morador do campo da paulistânia. O caipira é resultante do encontro entre os índios e o branco. Possui fortes marcos culturais da cultura portuguesa europeia. A sua unidade sua é o bairro que tem como elementos centrais a capela para pagar promessa e sua liberdade em certa medida está em investir no comer. Caipira é um homem livre que prefere investir em comer.

Brandão (2012)	“Raridade a agricultura como única, a pesca emerge como atividade principal ou secundária frente a agricultura e a pequena pecuária”. (Brandão 2012 p. 371)	Norte de Minas
Diegues (1999)	<b>Caipiras</b> “praticavam a agricultura, caça, pesca e coleta”. <b>Açorianos</b> “combinam a agricultura com a pesca”. <b>Varzeiros</b> “do São Francisco cultivam várzea e pescam”. <b>Pescadores</b> “exercem o extrativismo vegetal/agricultura e outras atividades com modo de vida centralizado na pesca”. <b>Praieiros:</b> a pesca é a atividade principal complementa pela agricultura e turismo” Caboclo/ribeirinho amazônico- exerce agricultura e a pesca. Os <b>jangadeiros</b> , essencialmente pescadores marítimos habitantes do Ceará e o sul da Bahia; pescando com jangadas e cultivam roças de mandioca. (Diegues, 1999, p. 42-61).	Brasil de modo geral
SANTOS (2018)	“Um fato notório entre os pescadores do rio São Francisco e do Brasil, de maneira geral, em sua quase totalidade são as múltiplas atividades, que em si são conexas e fazem parte de um calendário ecológico local” (SANTOS, p. 57, 2018)	Rio São Francisco e Brasil
Rocha (2017)	“A atividade da pesca e agricultura de vazante é peculiar no modo de vida dos pescadores artesanais e vazanteiros do São Francisco” (ROCHA, 2017, p. 105).	Rio São Francisco
Maldonado (1986)	“Caiçaras estão entre os pescadores <b>lavradores</b> , eles associam a pesca com a agricultura de subsistência na estação chuvosa”. (MALDOADO, 1986, p.13-14)	Litoral de São Paulo, sul do Rio de Janeiro e Paraná

Tabela 3: Relação dos pescadores (as) do Brasil com a agricultura. Org. R. P. Santos



Em termos de ordenamento pesqueiros, o Estado, a partir do último Decreto Presidencial 8425<sup>27</sup> categoriza os pescadores em pescador (a) artesanal, pescador (a) industrial e pescador amador (a). Os pescadores (as) do São Francisco, se intitulam pescadores artesanais e se distinguem do pescador amador e do pescador industrial, isso porque, o pescador artesanal mantém suas necessidades materiais e simbólicas advindas da pesca, e, sem vínculo empregatício, adquirem da pesca o recurso necessário suprir outras necessidades que não são produzidas na vazante.

Na perspectiva de Ruffino (2016) as políticas públicas voltadas para a pesca se articulavam a partir de duas frentes: a primeira regulamentando a atividade pesqueira e a segunda a partir da concessão de incentivos à produção em escala industrial. Os incentivos fiscais na pesca no período desenvolvimentista foram intensos entre 1967 - 1991 sobretudo com a isenção de imposto de 15% até 30% no óleo diesel, o que representa cerca de 20% a 30% dos custos da pescaria. O modelo desenvolvimentista incentivou a exploração da pesca industrial que gerou a sobrepesca (especialmente em São Paulo tornando muitos pescadores em proletários do mar) conforme salienta Diegues (1983). Como se pode observar no gráfico do extinto Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), o período de maior exploração de pescado no país remete-se à esta temporalidade.

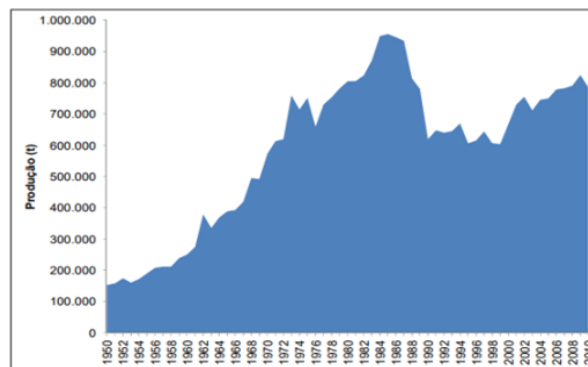


Figura 1. Produção de pescado (t) nacional da pesca extrativa (marinha e continental) de 1950 a 2010

Gráfico 1: Produção de pescado nacional (marinha e continental) de 1950-2010. Fonte: MPA, 2012. p. 16.

Conforme se pode observar acima, a partir do gráfico do MPA (2012), o período de maior exploração do pescado se dá entre a década de 1970 aos fins da década de 1980. Entre 1990-1997 há uma baixa na captura, o que se deve ao caráter fiscalizador do mundo da pesca sob o comando do IBAMA. A partir de 2009, com a criação do MPA com os incentivos direcionados à aquicultura

<sup>27</sup> I - Pescador e pescadora profissional artesanal - pessoa física, brasileira ou estrangeira, residente no País, que exerce a pesca com fins comerciais de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, podendo atuar de forma desembarcada ou utilizar embarcação de pesca com arqueação bruta menor ou igual a vinte; II – Pescador e pescadora profissional industrial - pessoa física, brasileira ou estrangeira, residente no País, que exerce a pesca com fins comerciais, na condição de empregado ou empregada ou em regime de parceria por cotas-partes em embarcação de pesca com qualquer arqueação bruta; III - armador e armadora de pesca - pessoa física ou jurídica que presta embarcação própria ou de terceiros para ser utilizada na atividade pesqueira, pondo-a ou não a operar por sua conta;

tem-se uma ligeira alta. Observa-se que a degradação dos “recursos pesqueiros”, segundo Ruffino (2016), se dá pela aprovação da Lei 221 de 1967 que possibilitou dedução fiscal das importações de maquinários voltadas para o setor pesqueiro. A partir de então, os pescadores (as) artesanais terão sua atividade mais arregimentada pelo Estado que irá institucionalizar a atividade pesqueira de modo decisivo, especialmente, a partir das políticas de seguro defeso através do controle da atividade pelo Registro Geral da Pesca (RGP) e o MPA tornar-se-á um cabide de favorecimentos políticos no senado e congresso, talvez por isso a vida curta do MPA – 2009-2016.

A relação pescador e Estado na compreensão de Glinfskoy Thé (2017) sempre foi tensa, sobretudo no contexto em que a pesca ficou sob a coordenação do IBAMA (1989-1995). Esta temporalidade do IBAMA restringiu e fiscalizou mais a pesca industrial, além disso, esta temporalidade de fins dos anos 1990 coincide com a queda dos incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) no país. Convém salientar que os dois entrepostos de beneficiamento do pescado implantados pela SUDEPE nas cidades de Pirapora e Januária ao longo do Velho Chico no Norte de Minas estão desativados e falidos. Os pescadores artesanais deste rio têm sua vida em simbiose ao rio e suas margens, de onde emerge o estranhamento nas proposições em que estes sejam criadores de peixes em tanques redes. Para a pesca artesanal, o golpe maior do Estado se deu em favor da aquicultura no decreto 4895/2003<sup>28</sup> que disponibilizou a cessão das áreas da União, isto é, os corpos de água, para serem explorados pela aquicultura (carcinicultura, tilapicultura e outros em tanques redes), e, em decorrência diminui-se o espaço para a pesca artesanal no Estado, seja na ocultação da produção da pesca artesanal na estatística pesqueira, seja na reprodução da inexistência dos pescadores artesanais nos sucessivos cortes ou ameaças referentes aos direitos trabalhistas e previdenciárias. Valêncio (2007), ao observar que a pesca em áreas continentais, isto é, nos rios, lagos, açudes e barragem observa que para o Estado sempre a coloca em segundo plano, com exceção à fiscalização do defeso, o tamanho do pescado e os apetrechos de pesca (espessura da malha e tamanho mínimo do pescado) dos pescadores artesanais. Por fim, a pesca como um todo foge da “gramática” da “ciência e seus métodos clássicos, pois é marcada por incertezas, e isso é uma consequência da variabilidade dos fenômenos natural ou social. As fontes de incertezas nem sempre são previsíveis e em muitos casos constituem surpresas nos modelos” (RUFFINO, 2016 p. 20).

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A posse, domínio e relativa autonomia sobre o território ampliado pelos pescadores quilombolas de Croatá, em Januária-MG constitui o trunfo que amalgama esta comunidade às

---

<sup>28</sup> Traremos um pouco mais sobre essa situação ao refletir os territórios pesqueiros.

outras comunidades que desejam terras e águas livres do agrohidronegócio para que haja o exercício básico da liberdade apostando em estratégias e resistência em economias localizadas “pouco relevantes para a lógica do capital”, mas que refletem a maneira pela qual tais sujeitos sociais tem se relacionado na dupla face entre a economia local e uma capitalista que se pretende cada vez global. Não obstante as diferentes condições adversas impostas pelos territórios expropriados ou ameaçados pelo impacto do desenvolvimento, estes sujeitos continuam resistindo à proletarização, que neste caso, refere-se a não vender suas liberdades, o seu poder parcial maior contra o capital. A percepção do pescador Euclides ilustra empiricamente o que de fato acontece “o rio faz e desfaz e a gente acompanha o rio na pesca e na vazante. A suposta “invisibilidade” dos pescadores artesanais, todavia, será dissolvida na medida que o avanço do processo desenvolvimentista da década de 1970, fomentado pelo Estado, for inserindo tais terras no modo de produção tipicamente capitalista, com destaque à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), temporalidade esta, em que a água-terra foi sendo submetidas a lógica da regionalização do capital tornando tais sujeitos expropriados na implantação de tais projetos que alteram as formas de apropriação e uso da biodiversidade do rio e margens do “Velho Chico”, inclusive, trazendo a miséria para os que ali estavam, bem como colocando espécies de peixes de valor comercial em estado de extinção.

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo W. B. Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. Alfredo Wagner Breno de Almeida. – 2.<sup>a</sup> de, Manaus: PGSA–UFAM, 2008a

BRANDÃO, Carlos, R. A comunidade Tradicional. In: COSTA, João. B., OLIVEIRA, Cláudia, L.(Org.). Comunidades Tradicionais nos Sertões Roseamos: Cerrado. Gerais, Sertão. São Paulo. Editora intermeio, 2012. p. 367-380.

BRANDÃO, Carlos, R. BORGES, Maristela C. O lugar da vida: a comunidade tradicional. Campo-território: revista de geografia agrária. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-23, jun., 2014

CANDIDO, Antônio. Parceiros do Rio Bonito: Estudo do caipira paulista e a transformação do seu meio de vida. 11ª ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre o Azul, 2010.

DIEGUES, Antônio. C. ARRUDA, Rivaldo. S. V. Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil. São Paulo, MAPUB, 1999

GIDDENS, Antony. As consequências da Modernidade. São Paulo: Unesp, 1991.

INGOLD, Tim. Jornada ao longo de um caminho de vida – mapas, descobridor, caminhos e navegação. In: MAFRA, Clara; GIUMBELLI, Emerson; BIRMAN, Patrícia et. al. Ver. Religião e Sociedade. Vol. 25. Nº 1. Junho de 2005. P. 72-110

MALDONADO, Simone. Pecadores do mar. São Paulo, Ática: 1986

MATTA-MACHADO. Bernardo. História do Sertão Noroeste de Minas Gerais 1690-1930. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

PORTO-GONÇALVES, C. W. As Minas e os Gerais - Breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas. In: GUIMARÃES, P. W. et al. Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade. Montes Claros: Unimontes. 2000, 35 p.

ROCHA, Letícia A. O poder da territorialidade: o lugar da gente o território pesqueiro, Montes Claros, [Dissertação de Mestrado], Unimontes, 2017. 178 p.

RUFFINO, Mauro I. A gestão dos recursos pesqueiros no Brasil. In: ARAÚJO, M.A. R Repensando a gestão ambiental no Brasil: uma construção ao de construção nacional. Ed. Kindle. Belo Horizonte, 2016.

SANTOS, Rafael P. A Questão da Memória no Processo de Aprendizagem da Língua Patxôhã: Culturas em Trânsito: as Representações Sociais da Língua Patxôhã dos Jovens Indígenas da Aldeia Cinta Vermelha Jundiba. Saarbrücken, Alemanha: Novas Edições Acadêmicas, 2016.

SANTOS, Rafael P. Da existência ilhada ao território: estratégias e trajetórias da Comunidade de Croatá, MG na busca de conquistar seu território. Dissertação de Mestrado: UFVJM, 2018, 237 p.

SANTOS, Rafael P. SILVA, Roberta, A. Território e territorialidades no Rio São Francisco: o modo de “apossar o mundo” pelas palavras e trabalho. Braz. J. of Develop., Curitiba, v. 4, n. 5, Edição Especial, p. 1747-1764, ago. 2018. P. 1747 -1764.

SANTOS, Rafael; NASCIMENTO, Alan F; SILVA, Roberta, A. In: Anais da VI Semana da Integração, Ensino, Pesquisa e Extensão. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, PróReitoria de Extensão e Cultura, Pró-Reitoria de Graduação (org.). -Diamantina: SINTEGRA/UFVJM, 2018. p. 761.

SATO, Yoshimi; VERANI, Nelsy; GODINHO Hugo P. Reprodução induzida de peixes da bacia do São Francisco. In: GODINHO Hugo P. GODINHO, Alexandre L. Águas, peixes e pescadores do São Francisco das Minas Gerais / A Organizadores – Belo Horizonte: PUC Minas, 2003. p. 275-290.

SERVILHA, Mateus. Quem precisa de Região: o espaço (dividido) em disputa. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

GLINFSKOY THÉ, Ana P. Saudades da Vazante Geral: um estudo etnoecológico sobre as mudanças socioambientais na pesca artesanal no Alto-Médio São Francisco, Minas Gerais. In: COSTA, João. B., OLIVEIRA, Claudia L (Org.). Comunidades Tradicionais nos Sertões Roseanos: Cerrado. Gerais, Sertão. São Paulo. Editora Intermeios, 2012